O ENTENDIMENTO CORDIAL E OS SEUS REFLEXOS NO PLANO MILITAR

1.ª Parte

Ainda antes das desconfianças causadas pelo primeiro grande programa de construções navais para a marinha alemã, o abalo sentido na Grã-Bretanha na sequência do telegrama de Guilherme II para o presidente Kruger foi suficiente para criar nalguns espíritos mais esclarecidos a ideia de uma guerra entre os dois países. Essa guerra, a envolver meios terrestres, implicava a indispensabilidade de um forte aliado continental – a França. E, não se tratava, apenas, de prevenir um possível conflito. Não faltava quem alertasse para a conveniência de o mesmo eclodir a curto prazo. Assim o afirmava o general James Grierson, adido militar britânico em Berlim, em 1897: «Temos que nos ir aos Alemães quanto antes, senão, mais tarde, serão eles a vir a nós.»[1] Como, do ponto de vista político, uma guerra preventiva estaria fora de hipótese, havia que tratar de garantir a melhor cooperação possível com o provável aliado francês. O major (depois general) Huguet, que, em 1904, assumiu as funções de adido militar francês em Londres, reportando-se ao papel que, anos mais tarde, o mesmo general Grierson viria a desempenhar no Ministério da Guerra, declararia mesmo que «Sir James fora um dos primeiros a perceber que a guerra seria inevitável. Sabia que seria uma tarefa gigantesca e que só a união da Inglaterra com a França poderia fazer frente aos perigos dela decorrentes.»[2]

Quando, no Outono de 1906, o general James Grierson saiu do Ministério da Guerra para ir comandar o campo militar de Aldershot, tinha deixado os alicerces sobre os quais iria desenvolver-se o trabalho do brigadeiro Henry Wilson.

Em 5 de Dezembro de 1905, o governo conservador de Arthur Balfour foi substituído por um governo liberal liderado por Henry Campbell-Bannerman. Desse governo faziam parte, entre outros, Edward Grey (Negócios Estrangeiros), Richard Haldane (Guerra) e Herbert Asquith (Finanças). Este último assumiria, em 1908, o cargo de primeiro-ministro.

Estava ainda fresca a crise marroquina de 1905. A eventualidade de uma nova crise fez com que o novo ministro dos Negócios Estrangeiros admitisse que tal possibilidade pudesse levar o governo de Londres a participar numa guerra no Continente, ao lado da França. Não pela França, naturalmente, mas por causa do (para a Grã-Bretanha) inaceitável poderio que a Alemanha alcançaria no caso de uma derrota francesa. Tratava-se, por conseguinte, de uma opção de natureza geoestratégica, isto é, com carácter permanente, pelo que as condições e os antecedentes dessa hipotética guerra entre a França e a Alemanha tenderiam a ser pouco relevantes. Desde o início dessa nova abordagem aos problemas estratégicos europeus, Grey contou com a preciosa colaboração de Richard Haldane. A importância dada ao assunto é demonstrada pelo facto de tudo se ter iniciado poucas semanas após a tomada de posse do novo governo.

Apesar dessa patente determinação, Grey não se cansaria de sublinhar que uma tal hipótese dependeria sempre de se verificar o apoio popular, expresso através do voto do Parlamento, uma forma ao mesmo tempo expedita e ambígua de "manter as mãos livres", mas contraditória com a ideia de que poderiam estar em causa interesses vitais da própria Grã-Bretanha. Nessa ocasião, a habilidade do embaixador francês em Londres, Paul Cambon, foi determinante para a obtenção de um maior empenhamento britânico no plano militar. Segundo palavras do próprio Grey, a posição cautelosa do seu governo...

> ...foi aceite pelo governo francês, mas disseram-me, na altura – e acho que com grande razoabilidade – que, se nós pensávamos que a opinião pública da Grã-Bretanha poderia, surgindo uma crise inesperada, considerar justo o apoio armado à França que não podemos prometer antecipadamente, não estaríamos em condições de fornecer esse apoio, mesmo

[1] GOOCH, George, *Recent revelations of European diplomacy*, p. 410.
[2] *Ibidem*, p. 410.

> sendo essa a nossa vontade no momento em que se verificasse, a menos que algumas conversações tivessem já tido lugar entre os especialistas militares e navais.[3]

Deste modo, Grey concordou que se iniciassem contactos do estado-maior britânico com o seu congénere francês, tendo em vista uma hipotética intervenção em território continental. Receando que no seio do próprio governo houvesse resistências a uma tal aproximação, Grey consultou o rei e o primeiro-ministro e manteve o restante governo, até 1911, e o Parlamento, até 1914, no desconhecimento das mesmas, uma vez que eram consideradas provisórias e não tinham carácter vinculativo. Começava aqui um percurso político e diplomático ambíguo e que iria colocar fortíssimas dificuldades no futuro.

Se essas dificuldades no plano da política interna iriam ser mais do que evidentes, mal surgisse uma crise grave, no plano da preparação para a guerra pouco mais adiantavam do que um entendimento sobre o deslocamento de uma força expedicionária para França e o que respeitava a portos de desembarque e zonas de concentração. Tudo quanto implicasse despesas – armamento, munições, viaturas, equipamentos de toda a ordem –, só podia ser obtido numa perspectiva proporcional ao conhecimento que o parlamento tinha da sua necessidade.

As conversações entre especialistas militares estenderam-se, simultaneamente, à Bélgica, em termos de secretismo idênticos aos aplicados relativamente à França. Dessas conversações, iniciadas em meados de Janeiro de 1906, e protagonizadas, do lado britânico, pelo coronel Barnardiston, existe um relatório, assinado pelo Chefe do Estado-Maior belga, datado de 10 de Abril do mesmo ano. Nesse relatório, o general revelava que, havendo violação do território belga pelas tropas alemãs, o Exército Britânico estaria disponível para operar no território invadido, mas que essas tropas desembarcariam em França. Este pormenor, naturalmente, implicava o prévio conhecimento e concordância da parte do governo de Paris.[4]

Não podem restar dúvidas sobre o sincero empenhamento das chefias militares britânicas nestas consultas preparatórias ordenadas pelo seu governo. Segundo Paul Kennedy, tanto o Almirantado como o Ministério da Guerra estavam convencidos de que a segurança da Grã-Bretanha estava ligada ao destino dos seus vizinhos do outro lado da Mancha, e que «uma segunda derrota da França pela Alemanha [...] conduziria a um engrandecimento da Alemanha, a tal ponto que seria prejudicial para toda a Europa, e poderia ser necessário, portanto, que a Grã-Bretanha, para seu próprio interesse, concedesse um apoio activo à França, no caso de uma guerra desta natureza se desencadear».[5] As conversações entre os estados-maiores britânicos e franceses iniciaram-se em 17 de Janeiro de 1906 e iriam prosseguir, com intervalos, até 1914.

Em 1908, para dar seguimento a essa aposta, Haldane criou, no seio do exército regular, um núcleo permanente de forças, vocacionado para uma intervenção no continente europeu. Depois de uma análise à situação das forças do exército, Haldane concluiu que...

> ...não era possível colocar no terreno mais do que 80.000 homens, e mesmo esses somente depois de um período de cerca de dois meses, o qual seria necessário para a conversão das nossas unidades isoladas nas novas formações de um exército capaz de entrar em acção contra os corpos de primeira linha alemães. Os Franceses, naturalmente, acharam que uma máquina tão lenta seria de pouco interesse para eles. Podiam ser derrotados antes que [os corpos britânicos] pudessem operar com eficácia. Tanto eles como os Alemães tinham-se organizado na base de que a moderna guerra continental se tinha tornado numa alta ciência. Até então, não o tínhamos feito, e só os nossos generais mais jovens haviam estudado esta ciência. Não havia, pois, outra coisa a fazer senão tentar uma completa revolução na organização do Exército

[3] REID, Robert (The Earl Loreburn), *How war came*, p. 78.
[4] *Ibidem*, p. 83.
[5] KENNEDY, Paul M., *The rise of the Anglo-German Antagonism, 1860-1914*, citado por KAGAN, Donald, *Sobre as origens da guerra e a preservação da paz*, p. 179.

Britânico metropolitano. O recém-criado Estado-Maior-General foi finalmente organizado em Setembro de 1906 [...].[6]

Três anos volvidos, havia já a possibilidade de mobilizar um efectivo de 160.000 homens e de os transportar, por via marítima, para o local de concentração, em território francês, tudo isto dentro de um prazo de apenas doze dias.

Em 1910, existia já, entre os exércitos britânico e francês, uma colaboração informal com vista a uma intervenção britânica no continente. Tinha como principais intérpretes os dois directores das escolas de Estado-Maior francesa e britânica, respectivamente general Foch e brigadeiro Henry Wilson. Este último, que, entretanto, assumiria as funções de Director das Operações Militares, no Ministério da Guerra, deu-se mesmo ao trabalho de, no seu período de férias, percorrer de bicicleta toda a área do Norte da França onde era de esperar que viessem a actuar as unidades britânicas. Em Janeiro desse mesmo ano, perguntara Wilson a Foch:

«Qual é a mais pequena força militar inglesa que tem para vós um sentido prático de auxílio?

Rapidamente, respondeu-lhe Foch:

«Um único soldado inglês!»

E logo a seguir, para marcar bem o efeito de comprometimento que pretendiam obter, acrescentaria:

«E tudo faríamos para que ele fosse morto!»[7]

David Martelo - 2013

[6] HALDANE, Richard, *Before the war*, pp. 32-33.
[7] TUCKMAN, Barbara W., *Os canhões de Agosto*, p. 58.